

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – DO OBJETO

**1.1. AQUISIÇÃO**, sob demanda, de **TIRAS DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS** para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitante:** Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via registro de preço, fundamentado legalmente pelo Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, lei Federal nº 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8666/93;

**1.5. Prazo:** 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### 2 – DO QUANTITATIVO

**2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMRS	HMNF	SAB	TOTAL
------	--------	---------------	------	------	------	-----	-------

1	381391	Tiras para determinação de glicemia quantitativa em sangue venoso e arterial para pacientes adultos e neonatos desde a primeira hora de vida, aplicável para punção capilar em sensor amperométrico ou fotométrico, glicose desidrogenase, tamanho da amostra igual ou inferior a 04 (quatro) microlitros, tempo de leitura máximo de 30 (trinta) segundos para uso em monitor de glicemia compatível, faixa de hematócrito de 20% a 70%, e que o resultado não interfira em oxigênio hospitalar (PO2). Intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 MG/DL. Possibilidade de realizar análise de controle de qualidade em no mínimo 02 (dois) níveis. Embalagens com 50 (cinquenta) tiras. Deverá ter certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e estar de acordo com ISO 15197-2013.	Unid.	0	24.000	1.576.000	<b>1.600.000</b>
---	--------	--	-------	---	--------	-----------	------------------

**A empresa vencedora do item 1 (um), deverá doar 1.576 (um mil quinhentos e setenta e seis) aparelhos para Subsecretaria de Atenção Básica. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas.**

2	381391	<p>Tipo De Análise: Quantitativo de Glicose. Características Adicionais: Capilar, Venoso, Arterial ou Neonatal. Apresentação: Tira.</p> <p>Tira para determinação de glicemia quantitativa em sangue venoso, arterial e capilar para pacientes adultos e neonatos desde a primeira hora de vida, aplicável para punção capilar.</p> <p>Em sensor amperometrico ou fotométrico, glicose desidrogenase, tamanho da amostra igual ou inferior a 04 (quatro) microlitos, tempo de leitura maximo de 30 (trinta) segundos para uso em monitor de glicemia compativel, faixa de hematócrito de 20 a 70% e que o resultado não interfira em oxigênio hospitalar (PO2). Intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 mg/dl. Possibilidade de realizar análise de controle de qualidade em no mínimo 02 (dois) níveis.</p> <p>EMBALAGEM INDIVIDUAL. Deverá ter certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e estar de acordo com ISO 151917-2013.</p>	Unid.	187.200	0	0	<b>187.200</b>
---	--------	---	-------	---------	---	---	----------------

**A empresa vencedora do item 2 (dois), deverá fornecer 648 (seiscentos e quarenta e oito) aparelhos glicosímetro para o Hospital Municipal Raul Sertã. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas.**

3	338605	Lancetas em aço inoxidável, estéril, descartável, retrátil, automática, para coleta de sangue capilar por punção digital, de uso único, calibre de 28G, profundidade de 0,36MM x 1,4 MM ou 1,5MM, coberto por capa protetora em conformidade com NR 32 A ISO 13485, impedindo acidentes e a reutilização, sem necessidade de usar caneta lancetadora.	Unid.	187.200	24.000	1.125.000	<b>1.336.200</b>
4	469169	Seringa para insulina 1 ML com agulha fixa curta, medindo 8 mm x 0,30 mm.	Unid.	0	0	161.000	<b>161.000</b>
5	442278	Seringa para insulina 0,5 ml com agulha fixa curta medindo 8 mm x 0,30 mm.	Unid.	0	0	122.000	<b>122.000</b>

### 3 – DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Tiras de Glicemias, Lancetas e Seringas, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 12 (doze) meses;

**3.2.** Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde;

**3.3.** Para o Hospital Municipal Raul Sertão, a presente aquisição visa atender a demanda da Unidade de Saúde no atendimento aos pacientes internados, buscando o controle da taxa de glicose e diabetes. A empresa vencedora do item 2 (dois), deverá doar 648 (seiscentos e quarenta e oito) aparelhos glicosímetro para o HMRS. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas. O quantitativo solicitado baseou-se no consumo de 4 (quatro) meses, conforme planilha acostada à fl. 41.;

**3.4.** Para o Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, a presente aquisição se faz necessária para atender a demanda do produto pelo prazo de 12 (doze) meses. O quantitativo solicitado baseou-se no consumo de 4 (quatro) meses, conforme planilha acostada à fl. 07;

**3.5.** Para a Subsecretaria de Atenção Básica, a presente aquisição se faz necessária para atender a demanda dos 2.461 (dois mil quatrocentos e sessenta e um) pacientes cadastrados no Programa DANT (Doenças e Agravo não Transmissíveis), durante o período de 12 meses, com uma média

de consumo de 100 (cem) Tiras/Mês, para cada paciente. A empresa vencedora do item 1 (um), deverá doar 1.576 (um mil quinhentos e setenta e seis) aparelhos glicosímetro para Subsecretaria de Atenção Básica. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas. O quantitativo solicitado baseou-se no consumo quadrimestral, com uma margem de segurança de aproximadamente 20% (vinte por cento), conforme planilha acostada à fl. 84;

**3.6.** Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/2013, refere-se ao Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

**3.7.** Ressalta-se que as especificações técnicas bem como o quantitativo dos objetos solicitados foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, a qual se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios, acostado às fls. 06/07, 39/41 e 82/84.

#### **4 – DO LOCAL DE ENTREGA**

**4.1.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a solicitação das Unidades Requisitantes, nos endereços e horários arrolados abaixo:

**4.1.1. Almoxarifado Central:** Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80 – Bl 12 – Galpão 202 – Centro – Nova Friburgo/RJ – De segunda a quinta-feira, das 09:00h às 16:00h.

#### **5 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** As unidades requisitantes entrarão em contato diretamente com a Contratada, para que esta realize a entrega dos produtos, conforme demanda de cada unidade, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a solicitação;

**5.2.** A entrega deverá ser realizada nos horários e local descritos no subitem 4.1.1., deste Termo de Referência;

**5.3.** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

**5.4.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados;

**5.5.** A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

**5.5.1.** Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade de 24 meses, aos itens aplicáveis;

**5.5.2.** Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

**5.5.3.** Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos;

## **6 – DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**6.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## **7 – RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens serão recebidos:

**7.1.1.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

**7.1.2.** Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório;

**7.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## **8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

**8.1.1.** Elemento de despesa: 33.90.30.08 e 33.90.32.00;

**8.1.2.** Fonte de recurso: 1600 – SUS;

**8.2.** Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

**8.2.1.** Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0085.2.202;

**8.2.2.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0085.2.203;

**8.2.3.** Subsecretaria de Atenção Básica – 30001.10.301.0083.2.193;

**8.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **9 – DA LIQUIDAÇÃO**

**9.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

## **10 – DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.1.3.** FGTS;

**10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS;

**10.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**11.1.** Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

**11.2.** As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005);

**11.3.** Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

**11.4.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## **12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Caberá à Contratante:

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com edital e seus anexos, Termo de Referência as cláusulas contratuais;

**12.1.2.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**12.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**12.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto;

**12.1.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

**12.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;



**13.2.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6;

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

**13.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

**13.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

**13.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**13.7.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

**13.8.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.9.** Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.10.** Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;

**13.11.** A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

**13.12.** A empresa vencedora do item 1 (um), deverá doar 2.224 (dois mil duzentos e vinte e quatro) aparelhos glicosímetro: 648 (seiscentos e quarenta e oito) aparelhos glicosímetro para o Hospital Municipal Raul Sertã, e 1.576 (um mil quinhentos e setenta e seis) aparelhos glicosímetro para

Subsecretaria de Atenção Básica. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas.

## 14 – DA SUBCONTRATAÇÃO

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 15 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

## 16 – DA FISCALIZAÇÃO

**16.1.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93;

**16.2.** Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Angela Maria Sardou Charret	062.400	Superior Imediato
Bianca Cortela Dutra	062.432	Fiscal Titular
Cristina B. Gomes	209.212	Fiscal Substituto
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Substituto

**16.3.** O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou

defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**16.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material;

**16.5.** A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**16.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## **17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93;

**17.1.1.** Comete infração administrativa:

**17.1.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**17.1.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**17.1.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**17.1.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.1.5.** Não mantiver a proposta;

**17.1.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**17.1.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**17.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**17.3.** Pela inexecução total ou parcial da obrigação poderá a Administração, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**17.3.1.** Advertência;

**17.3.2.** Multa de 10% sobre o valor total da contratação;

**17.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**17.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**17.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**17.5.** As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**17.6.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **18 – DA RESCISÃO**

**18.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

**18.2.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 14 de novembro de 2023.

Termo de referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Matrícula 063.036

**Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:**

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**  
**Secretária Municipal de Saúde**  
**Matrícula 106.137**